

Recuo de Haddad expõe falhas de alinhamento

Medida sobre IOF foi revista horas após reação negativa

Por Karoline Cavalcante

O recuo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em relação ao decreto sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) expõe a falta de alinhamento dentro da Esplanada. Ao Correio da Manhã, o coordenador de Análise Política da BMJ Consultores Associados, Lucas Fernandes, analisou que, apesar da recente chegada de Sidônio Palmeira ao comando da Secretaria de Comunicação Social — com a missão de resolver os problemas na transmissão de informações por parte do governo federal —, a gestão ainda enfrenta dificuldades significativas nessa área.

Na tarde da última quinta-feira (22), além de anunciar o congelamento de R\$ 31,3 bilhões do Orçamento deste ano, a equipe econômica também padronizou as alíquotas do IOF em 3,5%. No entanto, a decisão de elevar a alíquota para investimentos de fundos nacionais no exterior, que antes eram isentos, provocou uma reação negativa no mercado financeiro.

O governo federal então convocou uma reunião de emergência no Palácio do Planalto para discutir as medidas. O encontro contou com a presença dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e de Sidônio Palmeira, além de especialistas encarregados de avaliar os aspectos técnicos. Fernando Haddad, no entanto, não participou presencialmente, pois viajou para São Paulo após anunciar as decisões em coletiva de imprensa.

O resultado veio no mesmo



Valter Campanato/Agência Brasil

Pela terceira vez, Haddad avançou e recuou em medidas

dia: o ministro recuou sobre as aplicações de fundos nacionais no exterior e manteve a alíquota de 1,1% por operação nas remessas de pessoas físicas ao exterior destinadas a investimentos.

Já aconteceu

Essa não foi a primeira vez que um anúncio do ministro gerou repercussão negativa e obrigou recuo posterior. Em novembro de 2024, ele fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV para detalhar cortes e medidas de ajuste fiscal, mas optou por dar destaque à proposta de reforma do Imposto de Renda, em uma tentativa de melhorar a imagem do governo. A estratégia, no entanto, foi mal recebida pelo mercado.

No caso mais recente, ocorrido em janeiro deste ano, Haddad anunciou novas normas que ampliavam a fiscalização sobre operações via Pix. No entanto, acabou revogando a medida após não conseguir conter a onda de fake news que diziam

que o governo iria taxar esse meio de pagamento.

Falta de diálogo

Na avaliação de Lucas Fernandes, embora o governo tenha agido rapidamente para reverter o anúncio sobre o IOF, a situação poderia ter sido evitada. Para ele, o episódio evidencia a ausência de um diálogo político prévio, especialmente com a Casa Civil.

“O governo continua sendo nitidamente muito reativo. Está num esforço de trocar o pneu com o carro em movimento e, muitas vezes, age de forma atabalhoada”, afirmou o cientista político.

Além disso, Fernandes avaliou que os anúncios poderiam ter sido muito mais bem recebidos com uma comunicação mais eficiente.

Tática premeditada

Já para o cientista político André Rosa, o excesso de re-

cuos por parte do governo faz parte de uma estratégia política. No entanto, observa que a um ano das eleições, é preciso adotar um cuidado maior, especialmente ao tratar de temas sensíveis como aumento de impostos.

“Essa tática foi amplamente utilizada no primeiro mandato de Donald Trump nos Estados Unidos. Medidas polêmicas, que poderiam gerar rejeição ou desgaste à imagem do governo, eram anunciadas e testadas diante da opinião pública. Caso a repercussão fosse negativa, o presidente recuava — total ou parcialmente. Essa mesma estratégia foi adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e, atualmente, também tem sido utilizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, avalia ele.

Vale lembrar que nem Donald Trump nos Estados Unidos nem Jair Bolsonaro no Brasil conseguiram se reeleger usando a estratégia.

Moraes ameaça prender Aldo Rebelo em julgamento

Por Karoline Cavalcante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ameaçou prender o ex-deputado e ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo na última sexta-feira (23), após um confronto durante seu depoimento no processo que investiga a tentativa de golpe de Estado de 2022. O incidente ocorreu enquanto Rebelo prestava esclarecimentos sobre as declarações do ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, acusado de envolvimento na trama golpista.

Durante a oitiva, o ex-ministro foi questionado sobre uma declaração de Garnier, que, conforme relatos de testemunhas, teria se colocado “à disposição” do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em uma reunião no Ministério da Defesa, em dezembro de 2022, na qual foi apresentado aos comandantes militares um rascunho do decreto para implementar um estado de sítio.

No entanto, Rebelo defendeu que a frase não deveria ser interpretada de forma literal, argumentando que, na língua portuguesa, é comum o uso de expressões figuradas que não devem ser tomadas ao pé da letra. “Quando alguém diz que está frito, não significa que esteja dentro da frigideira. Ou que está apertado, não significa que esteja sendo submetido a um tipo de pressão literal”, argumentou.



José Cruz/Agência Brasil

Momento mais tenso do julgamento envolveu Aldo Rebelo

Desacato

Esse comentário incomodou Moraes, que o indagou se ele estava presente no momento em que a fala de Garnier teria ocorrido. Rebelo respondeu que não.

“Então o senhor não tem condições de avaliar o teor da língua portuguesa naquele caso. Atenha-se aos fatos”, rebateu o magistrado. O clima de tensão na sala aumentou. “A minha apreciação da língua portuguesa é minha. Não vou admitir censura”, retrucou o depoente. Foi quando Moraes fez a amea-

ça de prisão: “Se o senhor não se comportar, o senhor vai ser preso por desacato.”

Gafe

O tumulto do episódio foi ocasionado pela forma como o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez a pergunta, que iniciou com: “O senhor acredita”. A colocação é incomum em interrogatórios, já que testemunhas devem relatar fatos, e não opiniões. Imediatamente, o advogado responsável pela defesa de Garnier, Demóstenes Torres,

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Andressa Anhoete/Agência Senado

Presidente do Senado jogou sessão para junho

Acordo com Alcolumbre retarda CPMI do INSS

A tabelinha entre Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), fez com que este jogasse para 19 de junho a sessão do Congresso onde será lido o requerimento de criação da CPMI do INSS. A oposição apostava que a leitura ocorreria amanhã.

O marco inicial de criação do grupo de investigação ocorrerá, portanto, quando parlamentares do

Nordeste estarão envolvidos com festejos juninos — o São João ampliado —, o que sempre gera um esvaziamento na Câmara e no Senado. Em 17 de julho começará o recesso do Congresso.

O adiamento permitirá ao governo criar fatos novos relacionados à investigação da roubalheira. O Planalto conta também com a diminuição do ímpeto por parte da oposição.

Desestímulo

O governo também aposta que as investigações também servirão para desestimular a CPMI. Semana passada, foi descoberto que um BMW apreendido com Antonio Carlos Antunes, o “Careca do INSS”, pertencera a uma nora do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Em família

Mecias assinou o pedido de CPMI. Ex-proprietária do carro, Thallys Mendes de Jesus é casada com o ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União. No último dia 23 de abril, quando a PF fez a operação contra as fraudes no INSS, o carro ainda estava no nome dela.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Tereza Cristina (PP-MS): parecer favorável ao projeto

Lei Ambiental: governo só vai vetar o que contrariar normas

O Planalto, que, no Senado, fingiu que era contra o projeto de lei que facilita o licenciamento ambiental, não vai entrar em campo para tentar barrar a proposta na Câmara.

Eventuais vetos serão baseados apenas em questões técnicas, como artigos que batam de frente com a Constituição. Como a coluna mostrou

na sexta, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais artigos de leis gaúchas que tratam do meio ambiente.

Entre outros pontos, o STF limitou o alcance da Licença Ambiental por Compromisso, emitida pelo próprio empreendedor. No projeto aprovado pelo Senado, tal licença tem efeitos mais amplos.

Sem esforço

A bancada petista votou contra o projeto, mas, no plenário e nos bastidores, não fez esforço para barrar o projeto. O governo liberou o voto da base. Seus líderes no Senado e no Congresso, Jacques Wagner (PT-BA) e Randolfe Rodrigues (PT-AP), sequer se manifestaram.

Passa a boiada

Randolfe saiu do plenário antes de votar. Líder do PT, Rogério Carvalho, orientou o voto não, mas disse haver exagero na legislação atual. A proposta facilitará, por exemplo, a emissão de licenças para projetos de interesse do governo, com a exploração de petróleo.

Trapalhada 1

A trapalhada do Ministério da Fazenda no caso do aumento do IOF para algumas operações financeiras e de sua imediata revogação foi muito comemorada na oposição e deixou apavorados parlamentares governistas. Para estes, o faz e desfaz reforçou os críticos.

Trapalhada 2

Em primeiro lugar, ressaltou o mote oposicionista de que o governo, quando vê as contas apertadas, recorre ao aumento de impostos. Já a revogação da medida frisou que área econômica é insegura e toma medidas sem avaliar suas consequências, mesmo as previsíveis.